

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E INTERCULTURALIDADE: EQUIDADE, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO¹

LEONARDO DIAS DA FONSECA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA

lfonseca@uea.edu.br

PAULO RICARDO MENDES CLAUDIO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA

prmc.edc25@uea.edu.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A formação do povo brasileiro é marcada por uma profunda diversidade étnica, racial e cultural, resultante das contribuições históricas de povos indígenas, negros e brancos (Barros, 2022). Essa pluralidade manifesta-se de forma evidente no espaço escolar, marcada por relações assimétricas de poder. Nesse sentido, a escola é desafiada a dialogar com as realidades, experiências e saberes dos estudantes, de modo a evitar processos de invisibilização cultural e o aprofundamento das desigualdades educacionais (Candau, 2024).

No contexto brasileiro, desigualdades sociais, territoriais e étnicas tornam-se ainda mais evidentes em comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e rurais. Reconhecer essas intersecções é fundamental para compreender os mecanismos de exclusão social e educacional que afetam esses territórios. Assim, conceber a educação como direito fundamental implica entendê-la como instrumento de promoção da justiça social, da equidade e da valorização da diversidade cultural que constitui o país.

No âmbito da educação escolar indígena, esse debate adquire contornos específicos. A Constituição Federal de 1988 representou um marco ao reconhecer o direito dos povos indígenas a uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue – Arts. 210, 231, 232 –, estabelecendo bases legais para políticas educacionais comprometidas com o reconhecimento das identidades culturais e linguísticas desses povos. Todavia, apesar dos avanços normativos, persistem tensões entre as diretrizes das políticas educacionais e sua materialização no cotidiano das escolas indígenas.

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM



O debate sobre a democratização das políticas educacionais destaca a importância da participação social na formulação de propostas que assegurem o direito à educação (Dourado; Siqueira, 2022). O Plano Nacional de Educação (2024-2034) reforça a necessidade de políticas voltadas à equidade, à diversidade e ao reconhecimento cultural como fundamentos de uma educação democrática e inclusiva. Diante disso, torna-se relevante analisar como esses princípios se expressam no cotidiano das escolas indígenas.

Nesse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar como se configura a prática pedagógica de docentes em uma escola indígena localizada no município de Jutaí-AM, investigando em que medida suas estratégias de ensino incorporam princípios da interculturalidade e valorizam os saberes tradicionais em diálogo crítico com os conhecimentos escolares formalizados.

DESENVOLVIMENTO

A interculturalidade crítica, conforme proposta por Walsh (2009), constitui uma chave analítica fundamental para compreender os desafios da educação escolar indígena. Essa perspectiva questiona o modelo monocultural predominante nos sistemas educacionais latino-americanos e, segundo Paes (2022), possibilita a ressignificação das práticas formativas, contribuindo para a construção de processos educativos emancipatórios por meio do diálogo entre diferentes formas de produção do conhecimento.

Para Candau (2024), a interculturalidade implica a construção intencional de relações entre grupos culturais distintos, articulando políticas de igualdade e políticas de identidade, com o objetivo de enfrentar desigualdades estruturais presentes na sociedade. Walsh (2001; 2009), por sua vez, compreende a interculturalidade como um processo dinâmico de negociação, tradução e diálogo entre saberes, conhecimentos e práticas culturais diversas.

No campo da educação escolar indígena, essa abordagem assume especial relevância ao afirmar que o processo educativo não pode restringir-se à mera transmissão de conteúdos considerados universais. A prática docente nesses contextos envolve, necessariamente, a valorização das identidades étnicas, das línguas originárias e das expressões culturais que conferem singularidade aos povos indígenas. Dessa forma, a escola pode constituir-se como um espaço de produção de conhecimentos articulados à



realidade sociocultural dos estudantes e de suas comunidades (Schwendler; Santos, 2021).

Baniwa (2006; 2023) destaca que os povos indígenas são agentes históricos e produtores de contemporaneidade, defendendo o reconhecimento de seus modos próprios de conhecer, ensinar e aprender. Para o autor, a escola indígena deve fortalecer o protagonismo comunitário e promover o diálogo intercultural, colocando os saberes tradicionais no centro das práticas pedagógicas. Essa concepção dialoga com a proposta freireana de uma educação dialógica, libertadora e comprometida com a valorização dos sujeitos como produtores de conhecimento (Freire, 2019).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, voltada à compreensão de significados, experiências e práticas construídas no contexto social investigado (Minayo, 1993; 2012; Flick, 2009). O estudo será desenvolvido em uma escola indígena situada no município de Jutaí-AM, contando com a participação de seis colaboradores: quatro professores indígenas, um gestor escolar e uma liderança comunitária.

A produção dos dados envolverá entrevistas dialogadas, observação do cotidiano escolar e análise documental de políticas e diretrizes relacionadas à educação escolar indígena. A análise dos documentos, em articulação com os dados empíricos, fundamenta-se na perspectiva de tradução e produção de políticas no contexto da prática (Ball; Maguire; Braun, 2016), compreendendo que as escolas não apenas implementam políticas, mas as reinterpretam e ressignificam a partir de seus contextos socioculturais.

CONCLUSÕES

A análise evidencia que a interculturalidade constitui um elemento central para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural e o enfrentamento das desigualdades educacionais. No contexto da educação escolar indígena, essa abordagem reconhece os povos indígenas como sujeitos históricos e produtores legítimos de conhecimento.

Os resultados indicam que as práticas pedagógicas analisadas incorporam, de maneira desigual, princípios interculturais, valorizando identidades culturais, línguas originárias e saberes comunitários. Ao mesmo tempo, emergem tensões entre o currículo oficial e o cotidiano escolar, apontando desafios relacionados à formação docente, à



organização curricular e à integração efetiva dos conhecimentos tradicionais aos processos de ensino e aprendizagem.

A pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre a interculturalidade na prática pedagógica, evidenciando limites e possibilidades para o fortalecimento de práticas educativas contextualizadas no contexto amazônico. Conforme destacam Dourado e Siqueira (2022), a consolidação de uma educação democrática depende da articulação entre políticas educacionais, participação social e compromisso com a redução das desigualdades, elementos fundamentais para uma educação pública orientada pela justiça social.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. Como as escolas fazem as políticas. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BANIWA, G. dos S. L. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced - Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento; Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos; v. 12). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

BANIWA, G. História Indígena no Brasil Independente: Da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 9–32, 2023. DOI: 10.5216/rth.v26i1.76035. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76035>. Acesso em: 5 ago. 2025

BARROS, Izeth Nascimento; CHAHINI, Thelma Helena Costa. Educação Inter/Multicultural: Saberes e Práticas Docentes. Curitiba: Appris Editora, 2022.

CANDAU, Vera Maria. Interculturalidade e formação docente: por uma pedagogia da diversidade. Petrópolis: Vozes, 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. A democratização das políticas educacionais: campo de luta demarcando os sujeitos, processos e proposições na Conferência Nacional Popular de Educação (Conape). *Inter-Ação*, Goiânia, v. 47, n. 3, 2022.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MINAYO, M. C. (Org.) *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1993.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PAES, Luciane Rocha; SANTOS, Rita Floramar Fernandes dos; RICARDO, Helenice Aparecida; VIEIRA, Alva Rosa Lana. Em busca de outras coordenadas epistêmicas: breve enunciação entre decolonialidade e a formação universitária de professores indígenas no Amazonas. *Intellectus*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 104–132, 2022. DOI: 10.12957/intellectus.2022.66097. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/66097>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SCHWENDLER, Sônia Fátima; SANTOS, Aline Nunes dos. A formação de educadoras/es no contexto da diversidade socioterritorial do campo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 4, 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, V. M. (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

